

LA PRODUCCIÓN HIPERMODERNA DE LOS SENTIDOS SOCIAMBIENTALES EN BRASIL: CONTRIBUCIONES PARA UNA DIALECTICA ENTRE TEORIA Y PRACTICA EN GEOGRAFÍA HUMANA

2. RESPUESTAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DE LA GEOGRAFÍA ANTE LAS RECIENTES ESPACIALIDADES.

Valnei PEREIRA

Doutorando em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo/ Brasil, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/ UFRJ e Geógrafo pela UFMG, Professor do Departamento de Geografia e Turismo da PUC-Minas, Belo Horizonte/ Brasil
valneipereira@uol.com.br

Márcio LABRUNA

Doutorando em Geografia e Planejamento (GEODE)/ Universidade de Toulouse II-Le Mirail/ França, Mestre em Geografia (Toulouse), Especialista em Turismo e Meio Ambiente (UFMG), Turismólogo (PUC-Minas)
labruna@univ-tlse2.fr

Introdução

O mercado de consultoria ambiental no Brasil vem passando por uma significativa reestruturação em seus pressupostos técnicos e institucionais tendo em vista novos mecanismos técnico-legais e instrumentos de análise e avaliação socioambiental. Estas redefinições relacionam-se à nova fase da economia brasileira dada pela sua crescente abertura à internacionalização, ao reajuste macroeconômico, à diversidade socioambiental e territorial e presença de ampla base de recursos naturais e socioculturais que se desdobram, entre outros processos, sobre o incremento das infraestruturas mediante instalação de novos projetos hidrelétricos, minerais, urbanos, industriais, agrícolas e turísticos com repercussões em diferentes escalas socioespaciais. Estas transformações inspiram a construção de novas posturas e conteúdos de avaliação nos quais o geógrafo brasileiro, particularmente o “geógrafo humano”, tem, e pode assumir papel inovador ao condensar uma formação que transita entre uma herança acadêmica crítica e a de consultoria, em constante atualização de preceitos e lógicas de análise, muitas vezes pragmático e resultante de costuras e negociações entre diferentes bases técnicas e científicas.

O fato que nos parece relevante é de que há a uma nova apropriação tecnicointelectual que reinventa possibilidades de intervenção e abordagem sobre contextos sociocomunitários, agora lidos em perspectiva mais ampla. Este fato é em grande parte resultado da atuação de movimentos sociais e da pressão de organismos internacionais que vinculam as posturas socioambientais à performance e valores financeiros dos negócios. Ao mesmo tempo em que buscamos revelar o universo de transformação e especialização da racionalidade geográfica é preciso se ater aos riscos da invenção de retóricas de autojustificação da condição de “geógrafo humano” como instituinte de uma nova perspectiva socioprofissional, forjada no

câmbio e na interação entre a formação intelectual crítica e a sua posição de técnico produtor/ legitimador de estudos, análises e diagnósticos socioambientais multisetoriais.

Além destes princípios, o trabalho se orienta pelas teorias da Modernização Ecológica e da Justiça Ambiental considerando os (des)caminhos da política ambiental no Brasil e os marcos regulatórios do Licenciamento e da Política Nacional de Meio Ambiente. Também lança um olhar sobre o papel crescente de organização e luta dos movimentos sociais e a leitura e incorporação destes pressupostos, ou não, pelos setores de responsabilidade socioambiental empresarial. Essas interfaces produzem novas concepções, particularmente dos chamados conflitos socioterritoriais, inscritos em novas lógicas espaciais, arranjos socioculturais e arenas de posicionamento político enquanto esferas de manifestação de práticas que podem ser desveladas em interpretações dialéticas. Nessa perspectiva, nosso objetivo é de evidenciar, a partir das contribuições teórico-metodológicas da Geografia Humana, seu lugar e contribuições novas para a avaliação socioambiental. Consideram-se, como movimento analítico para esta análise, os paradoxos presentes entre a incorporação de pressupostos técnicos do mercado dos serviços de consultoria ambiental internacional e alguns ângulos dos legados epistemológicos, filosóficos e ideológicos dos paradigmas acadêmicos em Geografia e Ciências Sociais.

Como forma de demonstrar estas possibilidades, inscritas em processos históricos mais amplos, recorreremos a estudos de caso dos contextos da fronteira amazônica brasileira em que estas novas perspectivas de análise foram acionadas visando, simultaneamente, responder à complexidade da investigação socioambiental requerida e refletir sobre as contribuições da Geografia Humana e suas interfaces disciplinares neste processo. Situamos, como panorama de inscrição de idéias, abordagens e referenciais teóricos, distintos produtos técnicos oriundos dos Estudos de Impacto Ambiental/ Relatórios de Impacto Ambiental e dos protocolos das agências multilaterais internacionais, particularmente os da área social, como *Social Impact Assesment* e *Social Engagement*.

Transformações Contemporâneas da Geografia Humana: Significações Científicas e Identidade Profissional

A Geografia Humana é considerada como um das áreas mais importantes do pensamento social, se debruçando e tendo por objeto a reflexão do espaço, da paisagem, do território, do lugar e de suas conexões inter e intraescalares. No sentido de que assume a dimensão humana e, portanto, social, econômica, política e cultural do espaço, seus esforços históricos centraram-se não somente no desvelamento das dimensões processuais dos assentamentos humanos e das formas de organização territorial, mas também nas representações simbólicas destes aspectos. Ao longo de sua evolução suas contribuições teóricas sempre foram complexas, uma vez que enfrentou, por vezes, uma marginalização, ou mesmo ataque da própria Geografia, sobretudo daqueles que acreditavam na distinção teórica e metodológica entre a Geografia Física e Humana e entre a Geografia Científica e a Escolar. Sem querer negar a distinção entre estes campos do conhecimento que dialogam e se colocam como limítrofes entre as Ciências Naturais e Físicas e as Ciências Sociais e Humanas, a Geografia transformou este conflito em privilégio na medida em que podia ser uma ciência de elo, de síntese, como muitos acionam. Estiveram marcados, neste momento, uma divisão e uma especialização na qual se acreditava que o Geógrafo Humano invariavelmente, estaria ligado ao universo acadêmico de uma teoria que se fecharia nela mesma, sem experimentações ou aplicações, ou no seu limite, voltado para a Educação, enquanto o Geógrafo Físico estaria vinculado ao mundo da ciência e dos seus pragmatismos, e aí, sua maior visibilidade como

campo de aplicação e, portanto, ao crescente mercado dos estudos ambientais. Mas esta vinculação rapidamente se revelou como frágil na medida em que o ambientalismo se “humanizou” incorporando concepções de alteridade, identidade, gênero, etnia e cultura e mais ainda, na medida em que muitos dos processos de reivindicação e legitimidade por parte da démarche ambiental veio acompanhada pelos movimentos sociais e pelas noções de apropriação sociocultural da sustentabilidade. Neste sentido, o ambiental que antes era simplificado como se tratando de algo “externo” ao homem ou a de uma “natureza natural”, concepção naturalista ou naturalizante, foi contestada pela sociedade e, sobretudo, pelas Ciências Sociais e Humanas, que colocou o homem como parte desta. Este foi um divisor de águas neste processo uma vez que a Geografia Humana foi revisitada e ganhou destaque por ser a ciência que esteve teórica, metodológica, ideológica e científica e epistemologicamente comprometida com esta luta e objeto. Assim, quando da tradução destas prerrogativas para o universo mercadológico seu papel foi legítimo e sua contribuição crescentemente profícua. Portanto, este trabalho é também quase uma postura biográfica na medida em que conjuga estes pressupostos históricos da Geografia Humana, ao mesmo tempo em que reflete e revela nosso campo de inserção como geógrafos humanos.

Particularmente no campo dos Estudos de Consultoria Ambiental sempre foi evidente o papel e a contribuição da Geografia nos estudos ambientais, assumidos no Brasil, sob a rubrica de Estudos de Impactos Ambientais/ Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/ RIMA's). Com relação aos geógrafos, sempre foram muito suas contribuições, dente o início da conformação destes produtos técnicos no mundo todo e particularmente desde os anos 70 com a emergência dos movimentos ambientalistas e a necessidade legal de estudos dessa natureza: “(...) geógrafos têm estado na vanguarda do desenvolvimento de tais técnicas; trabalho pioneiro sobre avaliação ambiental no Reino Unido, por exemplo, foi executado pelo Departamento de Geografia da Universidade de Aberdeen durante os anos 70, estimulado em parte pelas pressões oriundas do desenvolvimento de recursos de óleo e gás no Mar do Norte” (Bayliss-Smith; Owens, 1994:147).

Os avanços mais significativos, no entanto, ocorreram nos países de industrialização tardia, a partir dos anos 80, período em que no Brasil emerge uma legislação ambiental mais atenta às avaliações/ ações ambientalmente corretas e, portanto, cientificamente embasadas e quando, com o fim da Ditadura, são expostos mazelas e processos alarmantes de degradação ambiental. Neste mesmo momento no país, reflete-se sobre a exploração de novas fronteiras de recursos, particularmente do Cerrado do Brasil central, da Amazônia Brasileira e da Bacia Oceânica. Também coincide com esta etapa uma preocupação com a matriz tecnológica nacional, que se precisava modernizar aliada com a pesquisa e preservação dos recursos tendo em vista que estas ações garantem a base da economia brasileira, grande exportador de recursos naturais e produtos da base primária da economia.

Portanto, estavam consolidados os pilares da identidade da Geografia Humana e do geógrafo humano nesta direção. Mas são nos anos 90 que proliferam empresas de consultoria no Brasil e no contexto internacional em cujas células de atuação estavam presentes diferentes formações técnico-científicas. O novo século trouxe mudanças substanciais da sociedade brasileira e as demandas crescentes por recursos internacionais no mundo geram uma necessidade de pesquisa e investimentos em infra-estrutura e de produção primária e secundária sem precedentes. O Brasil, considerado como um dos países da nova fronteira das potências internacionais passa a contar com grandes transformações socioespaciais nas quais estava presente a necessidade de se refletir sobre estas complexas mutações, mas também de conceber processos de gestão e planejamento urbano, regional, ambiental, agrário, turístico,

dentre outros, e de mecanismos de ordenamento territorial para os quais as análises, diagnósticos, estudos e mapeamento foram e são necessários. Abre-se, portanto, a maior fronteira de investimentos e necessidade de tais profissionais. Outro *gap*, se colocava, qual formação mais adequada e qual seu perfil de qualificação. É neste momento que o Geógrafo e, particularmente, o Geógrafo Humano ganha evidência e destaque e sua atuação passa a ser crescente no Brasil. No entanto, as exigências quanto à sua formação se ampliam e se torna mais necessária a formação continuada e sua especialização que também cresce no Brasil.

Estes novos ramos desenvolvidos no âmbito da Hipermodernidade recolocam a emergência de novas áreas sociais e profissionais, sobretudo ligadas aos serviços, ao conhecimento, ao design e a tecnologia. Setores como turismo, audiovisual, meio ambiente, arquitetura, urbanismo ganham destaque por sua mediação com novos projetos e novas formas de organização social, dos assentamentos humanos e dos processos de apropriação material e simbólica do espaço.

Contexto Socioambiental da Amazônia Brasileira

A Amazônia Brasileira é hoje uma região com dinâmica própria e demandas específicas, uma rede produtiva estruturada e com movimentos de resistência bem organizados. Representa cerca de 60% do território brasileiro, sendo o restante dividido entre oito países vizinhos. Em uma conjuntura sociopolítica e econômica de aproximação dos países da América Latina em detrimento de relações isoladas com os países do hemisfério norte, a Amazônia torna-se um objeto de interesse central dos países latinos americanos. No caso específico da Amazônia Brasileira, esta passa do status de periferia do país ao centro do continente (THÉRY, 2005).

A Amazônia foi alvo de grandes conflitos de terras durante as décadas de 1960 a 1980, o que lhe custou grandes perdas sociais e ambientais, além de grandes mudanças estruturais na economia, com o advento da industrialização; na sociedade, com a emergência de novos atores sociopolíticos, no território com o estabelecimento de unidades de conservação, demarcação de terras indígenas, políticas de coletividades territoriais; e no seu povoamento, através do acelerado processo de urbanização, o que levou a geógrafa especialista em Amazônia, Bertha Becker, a chamá-la de “Floresta Urbanizada”.

A partir da década de 1990, iniciaram-se projetos alternativos para a organização da sociedade civil. Tais projetos seguiram duas lógicas relacionadas à reavaliação e revalorização da natureza a partir da preocupação socioambiental do contexto amazônico na escala internacional: a lógica da preservação dos recursos naturais contra seu esgotamento, influenciado pela evolução da tecnologia das imagens de satélite; e a lógica cultural, voltada para a preocupação sociocultural do meio ambiente, que se institucionaliza através do surgimento dos movimentos sociais (Becker, 2005). Esta sociedade tem, hoje, voz ativa na Amazônia, representada por estes movimentos organizados.

Com o estabelecimento destas resistências contra as forças exógenas que ocupavam o território, se apropriando indiscriminadamente dos seus recursos disponíveis, conflitos de interesse se tornaram mais fortes acerca dos projetos geopolíticos e seus atores. Movimentos por justiça ambiental alertando para o caráter social desigual das condições de acesso à proteção ambiental ganharam força a partir desta visão alternativa ao hegemonismo da modernização ecológica, modificando a configuração destes movimentos ambientalistas e se tornando uma perspectiva para um novo ciclo de movimentos por mudanças sociais (Acsegrad, 2002).

A Amazônia é, portanto, o resultado desta nova geopolítica em âmbito global fundado nas tentativas de encontrar modos de compatibilizar o crescimento econômico com a conservação dos seus recursos naturais e a inclusão social (Becker, 2005). Para que ocorra esta compatibilização, é preciso uma grande mobilização dos estudos científicos e tecnológicos em prol do planejamento e gestão socioterritorial. A Geografia Humana se insere nesta discussão, contribuindo no apontamento, caracterização, análise e proposição de mediações para a negociação dos problemas existentes, atuando e dialogando como uma disciplina crítica, mas também atrelada aos valores do mercado que legitimam esta globalização dos territórios.

Amazônia e os territórios da fronteira

O povoamento do território da Amazônia se deu através das relações de poder e espaço, desencadeados pela abertura de rodovias, que permitiram a partir dos anos 1960, a chegada dos migrantes de diversas regiões do Brasil. Com a construção das rodovias, a Amazônia brasileira se inseriu numa nova dinâmica socioterritorial. De uma locomoção essencialmente por vias navegáveis, mudou-se para o meio rodoviário. De um povoamento voltado para as redes fluviais, transitou-se para o longo das rodovias. Desta maneira a Amazônia passou-se de um espaço reticular a outro, de um espaço estruturado em função de vias navegáveis, drenando os fluxos para o Leste, a uma região dominada pelas estradas que levam ao Sul-Sudeste (Théry, 2005)

Houveram grandes mudanças estruturais que produziram novas realidades nas fronteiras, um espaço caracterizado pela falta de estruturação, e por isso mesmo, apto a gerar novas realidades constantemente (Becker, 2005). Com o avanço da economia e da tecnificação da agroindústria no cerrado, houve um acelerado processo de povoamento das regiões da fronteira sul e sudeste. Houve um fluxo migratório muito grande a partir da década de 1970, advindo de várias partes do país como consequência dos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo Federal. As migrações recentes já são em sua maioria na escala intraregional. Apenas o Estado do Mato Grosso continua a receber uma massa de migrantes originários de outras regiões do país, com destaque para as regiões Sul e Sudeste do país. As frentes atuais de expansão das fronteiras no Mato Grosso e Pará estão localizadas em torno das estradas que já existiam e que pretendem ser pavimentadas. São comandadas por madeireiras, pecuaristas e sojeiros, que a promovem com recursos próprios, sem a necessidade de incentivos governamentais. São, portanto, fronteiras localizadas em processo de consolidação do seu povoamento.

Diante desta nova dinâmica geopolítica, a globalização se manifestou na região do Mato Grosso através de uma forte expansão da soja e recentemente do algodão, acompanhada de grandes exigências de preservação ambiental da Floresta. As transformações ocorridas no uso da terra nesta porção sul da Amazônia, incluindo as áreas de domínio do cerrado, conta atualmente com uma grande participação de interesses de grupos sociais já estabelecidos na região, mas que buscam ali novas alternativas de investimentos e de expansão de seus negócios, adentrando áreas de florestas desmatadas (ANPEC, 2003). Verifica-se assim a mercantilização da floresta, na qual os principais atores envolvidos no processo de regulação deste novo mercado são os parceiros da cooperação internacional, como as ONGs nacionais e internacionais, cooperação internacional técnica, financeira, científica, organizações religiosas, agências de desenvolvimento de governos estrangeiros e empreendimentos voltados para o mercado de econegócios.

As redes produtivas de desenvolvimento agropecuário ao longo da porção sul da Amazônia no Mato Grosso e sudeste do Pará geraram uma expansão econômica conciliada com o desmatamento nesta área hoje denominada “arco do fogo”. Tal designação parece estar fortemente relacionada à interpretação das imagens de satélite, sem, portanto, uma relação com os processos históricos que moldaram as formas de ocupação e uso do solo nesta região. Segundo Becker (2005), esta denominação precisa ser revista, pois esta área é hoje onde se encontra a maior produção de soja do mundo. A autora sugere, ainda, a mudança de nome para área de povoamento consolidado, por julgar que a denominação de “arco do fogo” prejudica as políticas públicas nesta porção meridional da Amazônia. Torna-se, portanto, fundamental o entendimento da atual evolução da dinâmica regional, centrada na nova lógica da expansão produtiva agropecuária e industrial.

Com os investimentos realizados no plano da infraestrutura amazônica, através da construção de uma malha rododiferroviária, do desenvolvimento dos processos tecnológicos adequados e adaptados às condições locais, e a oferta de serviços especializados ao negócio agropecuário, conciliados com o desenvolvimento das redes de telecomunicações, uma nova dinâmica para os investimentos no setor agropecuário e industrial vem ganhando destaque. Entretanto, concomitantemente à expansão dos investimentos financeiros nos territórios da fronteira, crescem também as redes de socialização, que contribuem para a formação dos movimentos sociais. Isto cria dois tipos de cenários para os movimentos internacionais, sendo “*um em nível do sistema financeiro, da informação, do domínio do poder efetivamente das potências; e outro, uma tendência ao internacionalismo dos movimentos sociais*” (Becker, 2005, p.72). Este dois cenários criam assim uma perspectiva de conflitos acerca do desenvolvimento e proteção ambiental, que é refletido nas políticas públicas atuais, onde se verifica de um lado, medidas governamentais de investimentos em programas de aceleração do crescimento, assim como a implantação de unidades de conservação para usos sustentáveis dos recursos naturais e demarcação de terras indígenas.

Desta maneira verificamos a tendência de grandes conflitos acerca do uso da terra nos territórios de fronteiras na Amazônia Brasileira ligada à expansão da agroindústria da soja, da pecuária, exploração da madeira, mineração e os usos sustentáveis das florestas para produção familiar, apoiados, sobretudo por movimentos sociais ambientalistas e pela comunidade científica. A Geografia Humana, como disciplina crítica, se insere nesta discussão pela busca da compreensão das contradições existentes deste processo desenvolvimentista e suas implicações perversas, trazendo à tona debates acerca dos valores predominantes do mercado e a parte crítica deste processo, se consolidando como uma disciplina estratégica no planejamento e gestão socioterritorial. Para ilustrar a atuação do geógrafo humano nesta problemática do mercado globalizado ligado aos liames existentes entre os atores hegemônicos e as configurações territoriais existentes, propomos a análise de uma proposta de trabalho estratégico de desenvolvimento socioterritorial na região de Aripuanã, MT para um grande empreendimento mineiro-metalúrgico, desenvolvido por um grupo de geógrafos humanos no âmbito da responsabilidade socioambiental corporativa do negócio.

Estratégias para desenvolvimento socioterritorial em territórios da fronteira – Estudo de caso Aripuanã/MT.

O Estado do Mato Grosso possui hoje estratégias extensivas de uso da terra, empresas de agronegócios, madeireiras e pecuaristas, que vêm se firmando neste processo de expansão do território de fronteira na Amazônia. Nesta área que já foi ocupada e povoada por imigrantes

recentes, onde a maior parte da floresta já foi removida e substituída por pastagens e agricultura, o grande desafio dos pequenos produtores que a habitam é buscar reverter este processo de devastação ambiental através de práticas relacionadas à agricultura sustentável, baseada nos princípios dos Sistemas Agroflorestais, gestão dos recursos florestais remanescentes, e a redução da expansão da pecuária bovina (Becker; Lena, 2002).

Aripuanã se insere nesta problemática do território de fronteira, por se situar na vertente norte do Estado do Mato Grosso, no trecho em que as atividades de extração de madeira e agropecuárias estão mais concentradas na Amazônia. O desflorestamento desta faixa vem sendo monitorado anualmente desde 1997 no âmbito do Projeto Prodes – Monitoramento da Floresta Amazônica Brasileira por Satélite, sendo considerada uma área crítica no âmbito da presença de áreas florestais. No entorno do município, principalmente em direção a Juína, há uma concentração de manchas de pequena área de “florestas remanescentes” resultantes de áreas já exploradas, e uso agropecuário em propriedades de diversos portes.

A Tabela 1 mostra a dinâmica do desflorestamento na Amazônia Legal para o período de 2000 a 2006 de acordo com dados do Projeto Prodes.

Tabela 1. Dinâmica da área de desflorestamento na Amazônia Legal em km².

Estados\Ano	00	01	02	03	04	05 ©	06 ©
Acre	547	419	762.281	1.061	729	539	323
Amazonas	612	634	0	25.00	46.00	33.00	30
Amapá		7	881.163	1.587	1.211	752	780
Maranhão	1.065	958	1014.33	993	755	922	651
Mato Grosso	6.369	7.703	7892.26	10.405	11.814	7.145	4.333
Pará	6.671	5.237	7323.77	6.996	8.521	5.731	5.505
Rondônia	2.465	2.673	3067.39	3.620	3.834	3.233	2.062
Roraima	253	345	844.134	439	311	133	231
Tocantins	244	189	211.894	156	158	271	124
Amazônia Legal	18.226	18.165	21237.5	25.282	27.379	18.759	14.039

Fonte: Projeto Prodes, 2007

Aparentemente o valor total da área desmatada no Estado do Mato Grosso nos levantamentos em termos ambientais pode parecer insignificante quando comparado com a área total da bacia hidrográfica no Estado do Mato Grosso, entretanto, quando analisamos na carta-imagem a distribuição espacial deste percentual, observa-se que o desflorestamento concentra-se no entorno da cidade de Aripuanã e na margem direita do rio Aripuanã, ao longo das principais rodovias estaduais. Os padrões dos desmates mostram uma intensa fragmentação ou uma completa remoção da vegetação em extensas áreas. Estes padrões, em geral, estão associados à implantação recente de projetos de colonização e de expansão da pecuária, respectivamente.

Os usos atuais e potenciais de maior importância para a comunidade local estão relacionados à agricultura familiar, pesca e turismo. O balneário do hotel Primavera e toda a faixa de corredeiras do rio Aripuanã em frente a este último balneário são muito utilizados pela população local, em especial nos finais de semana. O conjunto formado pelos saltos de Dardanelos e Andorinhas forma um local de rara beleza cênica e importância natural e cultural, existindo ao longo das vertentes da chapada de Dardanelos diversos mirantes para contemplação. A atividade de pesca também foi observada na base dos saltos, em especial no Salto das Andorinhas. A produção de mel, comercialização de leite e derivados ressaltam entre as atividades incentivadas no âmbito da agricultura familiar, além de novos produtos

levados sob a tutela de projetos experimentais nacionais e internacional, sobretudo do PNUD/ Banco Mundial.

Além dos usos agropecuários de maior expansão no município, a região vem sendo alvo de interesse para atividades de exploração mineral. Juntamente com esta abertura para novos empreendimentos na região, torna-se necessário uma política que leve em conta as perspectivas de desenvolvimento socioambiental da região, em atendimento aos requisitos legais internacionais de responsabilidade social corporativa. A partir deste contexto de compatibilizar o crescimento econômico municipal com a conservação dos recursos naturais e inclusão social, que se encontram os desafios para desenvolvimento socioterritorial do município de Aripuanã.

A proposta de desenvolvimento de alternativas socioambientais às atividades minerárias no município de Aripuanã, elaborados por uma equipe de geógrafos da Golder Associates Brasil Consultoria São Paulo, buscou construir um processo de Responsabilidade e Comunicação Social que favorecesse um ambiente sustentável alternativo e em paralelo à atividade mineradora em Aripuanã, viabilizando a transformação socioeconômica via educação e formação de arranjos produtivos socialmente integrados.

A partir das especificidades regionais, conciliando os valores locais com os valores do mercado da sustentabilidade voltado para o ecomércio e ecoturismo, foi proposto a viabilização de um processo de Educação Socioambiental e Patrimonial consoante com os princípios da Ecosustentabilidade, para se construir de forma participativa a sensibilização-mobilização-envolvimento social que conceba o fortalecimento da cidadania e da identidade cultural com foco no desenvolvimento local/ regional, referenciado pelos valores da ecosustentabilidade e da *florestania*. Desta maneira, de forma participativa em redes territoriais consolidadas, estabeleceria a formação dos arranjos produtivos em torno de negócios ecológica, social e economicamente sustentáveis, a partir desta articulação em redes produtivas, possibilitando a autogestão social e comunitária compartilhada.

Esta proposta buscou trazer o município de Aripuanã para o novo dinamismo socioeconômico que vem abrangendo todo o território da Amazônia Legal, que tende a sobrepor a esta divisão cultural/natural, através do crescimento de núcleos urbanos e do mercado local que começa a organizar a produção em seu entorno. A multiplicação destas pequenas concentrações urbanas interligadas umas as outras é responsável hoje pela difusão de novas relações entre o rural e urbano, que busca contribuir para a criação de um tecido socioeconômico que seja favorável ao surgimento de sinergias e complementariedades (Becker; Lena, 2003).

Estabelece-se assim uma rede de relações e articulações entre as comunidades organizadas em associações, sindicatos e cooperativas com os poderes públicos e privados e terceiro setor no âmbito local e internacional, favorecendo o planejamento e gestão estratégica de desenvolvimento socioterritorial.

Um dos principais valores do trabalho foi de articular a análise das escalas já que para a proposição do trabalho foram realizados trabalhos em diferentes dimensões de organização do território, particularmente em São Paulo (sede da Consultoria e do Corporativo da empresa em questão), em Brasília (para reconhecer o novo arranjo institucional que se consolidou para a realidade amazônica), em Cuiabá/ Mato Grosso (para mapear a rede de interesses e os atores envolvidos com os processos de transformação da fronteira Cerrado/ Pantanal/ Amazônia e

suas institucionalidades, visões e interesses e em Aripuanã, local mais imediato e alvo da proposição do projeto e suas repercussões em questão.

Um dos principais marcos que balizou a proposição do trabalho foi, portanto, a consolidação das diferentes intencionalidades interescolares (internacionais, nacionais, regionais e locais) que se impunham ao projeto desde a necessidade de cumprimento de novos processos internacionais como viabilidade econômico-financeiro do projeto, consoante com ações efetivas de responsabilidade socioambiental desenhado por mecanismos, instituições e agências multilaterais, responsáveis pelo financiamento do projeto, mas também por exigências socioambientais crescentes; até os novos marcos e processos de aprovação para atuação junto à Amazônia Brasileira, e referenciados pelos Consórcio Governamental e Institucional para a Amazônia, gestados na administração do Ministério do Meio Ambiente da gestão Marina Silva – Ministério do Meio Ambiente, IBAMA, INSTITUTO CHICO MENDES, EMPRAPA, PETROBRAS, IPEA, INPE, CPRM, IBGE, ANA, UFAM, INPA, INCRA, Ministério da Integração Nacional, Museu Emílio Goeldi (UFPA) e recém criado Instituto Chico Mendes – indo até o reconhecimento das transformações, ação e reivindicação dos movimentos sociais amazônicos organizados (seringueiros e sua florestania, garimpeiros, indígenas, quilombolas, dentre outros). No caso de Aripuanã, reconheceram-se quatro grupos sociais locais com demandas e atuação marcada: os sulistas migrantes de origem européia, responsáveis pelos processos de ocupação recente, mas que são hoje a elite econômica e social da região constituídos por uma miríade de grupos desde agropecuaristas, madeireiros, comerciantes e políticos; os aborígenes, indígenas, organizados em duas comunidades, Araras e Cintas largas; os nativos, localmente identificados como “beradeiros”, que chegaram à região desde o início do século XX na busca de novas oportunidades e que conformam hoje o tecido marginalizado da sociedade local, vindos de outras regiões da Amazônia e do Nordeste Brasileiro; e os garimpeiros, atraídos pela aventura e originários dos mais diferentes pontos do Brasil. Todos estes grupos se colocam em arenas de posicionamento sociopolítico e cultural e reivindicam a legitimidade dos seus processos de ocupação, apropriação e posicionamento socioterritorial, marcando conflitos eminentemente identitários em função da apropriação social da terra e seus recursos. Na abordagem, os valores da florestania foram tidos como fundamentais para a proposição das alternativas e ainda acrescidos de sua reinterpretação por parte da comunidade local e das empresas que possuíam projetos e/ ou interesses na região. Além disso, os valores da identidade amazônica foram muito trabalhados tendo em vista que muitos dos conflitos se colocam nesta esfera na medida em que a construção da vida social e da escala cultural de atuação e apropriação dos grupos se referencia por estes valores e fluxos significacionais.

O trabalho consistiu num breve ensaio que busca fomentar a reflexão sobre as transformações recentes da Geografia Humana, Econômica, Política, Social e Cultural em seus vínculos com a análise ambiental e a identidade intelectual e profissional do Geógrafo Humano. Sem tecer uma análise corporativista, nossa intenção é de evidenciar a riqueza e perspectiva ampla de atuação deste profissional, historicamente atento aos processos de ocupação e mutação socioespacial. A principal contribuição do artigo situa-se nos horizontes possíveis desta discussão que suscita o dilema do geógrafo humano da hipermodernidade em sua capacidade de atuar e refletir sobre sua atuação, numa espécie de nostalgia pós moderna como instituinte de debates, alternativas e possibilidades. Ao evidenciar a atuação prática, teórica e metodológica deste profissional, como a sugerida pela análise do *case* para a Amazônia Brasileira, buscamos subsídios para evidenciar os planos técnicos, a racionalidade instrumental e os limites e possibilidades da Geografia Humana num mundo em constante reinvenção e necessidade de desvendamento.

Referências Bibliográficas

ACSELRAD, H.(2002). *Justiça Ambiental e Construção Social do Risco*. **XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais**. Ouro Preto, MG

ANPEC (2003). *Proposta de Estratégia Espacial para o Desenvolvimento da Amazônia*. Relatório. **Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia**.

BAYLISS-SMITH; OWENS, Susan (2004). *O Desafio Ambiental*. In: **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 125-158.

BECKER, B.(2005) *Geopolítica da Amazônia*. **Estudos Avançados 19 (53)**.

BECKER, B.; LÉNA, P.(2002). *Pequenos Empreendimentos Alternativos na Amazônia*. In: **Proposição de Políticas para Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ.

BRINGEL, Breno Marqués (2007). *O Lugar dos Movimentos Sociais e o lugar da Geografia na Teoria dos Movimentos Sociais*. In: **Boletim Goiano de Geografia**. Goiânia: UFG, v 27, n 2.

GREGORY, Derek (2004). *Teoria Social e Geografia Humana*. In: **Geografia Humana: sociedade, espaço e ciência social**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, pp. 90-124.

PEREIRA, Valnei; LABRUNA, Marcio (2008). *Ecos Amazônicos: alternativas para Desenvolvimento Socioambiental e Sustentabilidade em Aripuanã/ MT*. In: **GOLDER ASSOCIATES BRASIL**. São Paulo: Planejamento Socioambiental e Gestão Territorial. Relatório Técnico de Consultoria Socioambiental.

LIPOVETSKY, Gilles (2004). **Os Tempos Hipermodernos**. São Paulo: Barcarolla.

THÉRY, H.(2005). *Situações da Amazônia no Brasil e no Continente*. **Estudos Avançados 19 (53)**.